



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DELIBERAÇÃO Nº061/2012 - CEAS**

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 05 de outubro de 2012, no uso de suas atribuições regimentais e;

Considerando que o Programa Família Paranaense visa estabelecer uma rede integrada de proteção às famílias em situação de maior vulnerabilidade social do Estado, para promover sua autonomia e protagonismo, através da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde ela reside;

Considerando a complexidade do Programa e a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, que denotam a necessidade de expansão gradativa do número de municípios prioritários para o próximo ano;

Considerando a Deliberação nº 005/2012 CEAS/PR, que aprova os critérios de seleção que estabelece os 30 municípios prioritários para a implementação do Programa Família Paranaense em 2012;

Considerando que para a expansão do Programa, em 2013, faz-se necessário elencarmos critérios técnicos e objetivos que representem a heterogeneidade dos municípios do Estado;

Delibera

Art. 1º Pela aprovação dos indicadores e critérios que irão hierarquizar os próximos municípios prioritários a serem contemplados com o Programa Família Paranaense no ano de 2013.

Art. 2º Os indicadores serão associados para priorizar os próximos municípios, sendo considerados parte da expansão os 100 primeiros;

Art. 3º Utilizou-se da avaliação de uma matriz de correlação entre indicadores para escolher aqueles que seriam relevantes para aplicar o método de análise fatorial por componentes principais. Os indicadores combinados por esse método foram:

I – Valor do IPDM (Índice Iparde de Desempenho Municipal);

II – Percentual de Extrema Pobreza;

III – Valor do Percentil 75 do Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR), em cada município.

Parágrafo único: O material orientativo sobre a definição dos indicadores e método de combinação dos mesmos para a expansão do Programa está anexo nesta Deliberação.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 16 de outubro de 2012.

**Ana Maria Macedo
Presidente do CEAS/PR**



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO da Deliberação nº061/2012 CEAS/PR**

PRIMEIRA EXPANSÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

Assessoria Técnica de Vigilância Social e Informações

O Paraná apresenta várias diferenças em seus municípios no que diz respeito aos indicadores socioeconômicos, retratando a heterogeneidade de seu território e exigindo do poder público olhar atento para as diferenças, as desigualdades e seus desequilíbrios. Tendo em vista essa consideração, o Programa Família Paranaense precisou avaliar opções de indicadores e formas de combiná-los para priorização de municípios que seriam contemplados com ações focalizadas e de atenção das várias políticas setoriais envolvidas.

Na primeira etapa do programa, foram contemplados 30 municípios. Na época foram decididos que os critérios gerais para escolha dos municípios iniciais na implantação do programa levariam em consideração questões de capacidade de gestão da assistência social e questões sobre pobreza e desempenho municipal, pois se tratava de um projeto piloto. Foi considerado relevante a capacidade de gestão da assistência social por ser essa a área que faria a articulação do programa nos municípios e nas esferas regional e estadual.

Na pesquisa científica, os dados referentes a um conjunto de características de interesse, coletados a partir de fontes secundárias (ex.: Cadúnico, Censo Demográfico, PNAD, Censo Agropecuário, etc) ou por amostra, compõem o que se chama de variável, a qual pode ser medida e avaliada do ponto de vista estatístico. Independente do tipo de dado a ser observado, o mais importante é definir e classificar o tipo de variável em questão, isto é, determinar a escala sobre a qual a variável é medida. Essa característica determinará a forma de apresentação dos dados, bem como os métodos estatísticos a serem utilizados em sua análise. Dessa forma, foram procurados indicadores que pudessem medir as questões de pobreza, desempenho municipal em políticas públicas e gestão de assistência social e avaliados como são mensurados.

As variáveis mensuradas em qualquer estudo podem ser classificadas em nominais, ordinais e quantitativas, escalar (quadro 1).

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEL	ESCALA	EXEMPLOS
Nominal	Categórica Dicotômica	Sexo, Sim ou não, Presença ou ausência de CRAS
	Categórica Politômica	Cor, Profissão, Estado civil
Ordinal	Ordinal	Grau de Instrução (Primário, Secundário, Superior)



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Quantitativa/ Escalar	Numérica Discreta	Número de filhos na família, Número de CRAS no município
	Numérica Contínua	Idade, Taxa de analfabetismo, % de extrema pobreza, IPDM

Uma variável nominal é medida em uma escala categórica, ou seja, classificada em categorias nominais, sem qualquer ordem. Quando números são usados simplesmente para classificar uma unidade observacional (pessoa, município, etc), esses números constituem uma escala nominal categórica ou classificadora. Podem ser divididas em binomiais ou dicotômicas, quando compostas por duas categorias (ou mutuamente excludentes) – sim ou não, masculino ou feminino, presença ou ausência de um CRAS, etc., e polinômicas ou politômicas, quando apresentam mais de duas categorias possíveis – cor, profissão, estado civil, etc. Os dados nominais não gozam das propriedades dos números com que lidamos na aritmética usual. Não são permitidos cálculos como média e desvio padrão dentre outros. Por exemplo, se registramos o estado civil como 1, 2, 3 ou 4, não podemos escrever $3 > 1$ ou $2 < 4$, nem tampouco que $2 - 1 = 4 - 3$; $1 + 3 = 4$ ou $4 \cdot 2 = 2$.

Variáveis nominais não são mensuradas, mas simplesmente contadas. A escala nominal categórica incorpora somente a relação de equivalência (=). São normalmente descritas sob a forma de frequência, valor modal, proporções, porcentagens, taxas ou razões (Quadro 2), e representadas através de tabelas, gráficos de barras ou de setores.

QUADRO 2 - MEDIDAS PARA VARIÁVEIS NOMINAIS

Frequência	Número de ocorrência do fenômeno
Valor Modal	é o valor que ocorre com maior frequência no conjunto de dados
Proporção	Corresponde a uma parte dividida pelo todo
Porcentagem	É a proporção multiplicada por 100
Taxa	É a porcentagem multiplicada por 10^n , sendo $n > 2$
Razão	É o quociente entre duas grandezas diferentes

Uma variável é classificada como tendo escala ordinal quando os números são utilizados para, além de identificar e/ou categorizar, ordenar as unidades observacionais segundo um processo de comparação em relação a determinada variável. A escala ordinal incorpora não somente a relação de equivalência (=) mas também a relação maior do que (>). Por exemplo, pode-se determinar o nível socioeconômico de um indivíduo observando-se o seu



SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

rendimento mensal. Se uma pessoa ganha mais que outra, recebe um número maior numa escala de 1 a 4, por exemplo. Com estes números, pode-se escrever que $4 > 3$. Por outro lado, não é permitido escrever $4 - 3 = 2 - 1$, por exemplo, porque a diferença de nível entre as classes 4 e 3 é na verdade muito maior do que entre as classes 2 e 1. Também não faria sentido dizer que a classe 4 é duas vezes mais rica do que a classe 2 apenas porque seus números são 4 e 2. Quando só pudermos estabelecer desigualdades, referimo-nos aos dados como sendo ordinais.

Os dados de uma variável ordinal são normalmente descritos através da mediana, dos percentis, ou na forma de porcentagem ou proporção e representados graficamente de forma semelhante às variáveis nominais. A mediana como medida de tendência central apresenta a propriedade de não ser afetada por modificações de quaisquer valores abaixo ou acima dela, desde que o número de elementos acima e abaixo permaneça o mesmo.

O terceiro e quarto tipo de variável é denominada quantitativa, na qual os dados são medidos em uma escala numérica. As variáveis quantitativas podem ser medidas em dois diferentes tipos de escala: 1) Discreta - quando os dados somente podem assumir valores no campo dos números inteiros, isto é, resultam de uma contagem (ex.: número de filhos em uma família, número de CRAS em determinado município); 2) Contínua - quando os dados podem assumir quaisquer valores no campo dos números reais (ex.: Idade, Taxa de analfabetismo, % de extrema pobreza, IPDM).

Tanto a variável quantitativa discreta quanto a variável quantitativa contínua possuem escala de razão. Todas as estatísticas paramétricas (média aritmética, desvio padrão, correlação de Pearson, etc.) são possíveis quando os dados apresentam escala de razão.

Exemplo de variáveis que apresentam escala de razão: Número de filhos na família, Número de CRAS no município, Idade, Taxa de analfabetismo, % de extrema pobreza, IPDM, etc.

Os dados medidos numa escala numérica são frequentemente apresentados de forma resumida através de uma grande variedade de tabelas (série geográfica, série temporal, série específica ou qualitativa e distribuição de frequência), gráficos (barras, colunas, linhas, setores, diagrama de dispersão, Box-Plot, gráfico do intervalo de confiança para a média e histograma de frequência) e medidas estatísticas, denominadas medidas de tendência central, de posição e dispersão, coeficiente de correlação de Pearson, etc.

Os indicadores avaliados como importantes para contemplar na escolha de municípios piloto foram: 1. Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM); 2. Percentual de extrema



SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

pobreza no município¹; 3. municípios com taxa de atualização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); 4. existência Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)² e 5. Municípios sem pendências na Comissão Intergestora Bipartite (CIB – Assistência Social).

Com relação ao tipo de mensuração e cada um deles tinha-se que os indicadores 4 e 5 seriam de tipo nominal dicotômico. No caso da existência de CRAS, discutiu-se que não importaria o número de CRAS no município, mas se o município tinha o equipamento e equipe de assistência social para iniciar a articulação do programa. O número de CRAS está atrelado ao número de habitantes do município e não se estava fazendo um julgamento de quanto mais CRAS melhor seria a implantação do Programa, não se queria privilegiar municípios maiores. As pendências também foram avaliadas como importante, porque os mecanismos de financiamento do programa e de controle social nos municípios foram identificadas como relevantes para o desenvolvimento do Família Paranaense, ao menos, nesse momento que exigiria testes sobre o seu desenho de implementação.

Todos os critérios foram entendidos como de mesma importância e como nem todos eram indicadores com valores contínuos (escala de razão), sendo assim, optou-se por transformar os indicadores em variáveis nominais dicotômicas, considerando parâmetros que dividissem os municípios em 1 – de acordo com o parâmetro ou 0 – fora do parâmetro. Os parâmetros para os indicadores foram: 1. IPDM menor do que a mediana (município potencial); 2. % de extrema pobreza maior que a média do estado; 3. Atualização cadastral de no mínimo 70%³; 4. existência de Centro de Referência da Assistência Social; 5. Municípios sem pendências na CIB.

Consideraram-se como os potenciais municípios para a implantação do programa aqueles que estavam dentro desses parâmetros em todos os indicadores. Com isso, pode-se encontrar um número grande de municípios que contemplariam todos os parâmetros estipulados.

Levando esses critérios universais em consideração era preciso encontrar outros para diminuir o número de potenciais contemplados e a sua ordem de prioridade. Como existia uma ação determinada para a área de habitação, foi combinado com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em se basear na pesquisa de diagnóstico sobre assentamentos precários realizada para o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) de 2010. Com isso avaliou-se que o indicador habitacional a ser usado seria: 1) o

¹ Dado provindo do último Censo demográfico, dados do Universo, feito por encomenda pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que avalia quantas pessoas no município ganham até R\$70 reais, estipulado este como parâmetro para extrema miséria.

² Foi utilizado o Censo SUAS – CRAS 2010.

³ Este é um referencial estipulado pelo MDS pela Coordenação que administra o CadÚnico.



SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

município ter ao menos uma favela em situação de risco e ter uma favela com ao menos 80 domicílios precários. Esse cruzamento gerou os dez municípios chamados de fase 1.

Foram feitos outros cruzamentos com indicadores estipulados pelos representantes das Secretarias Estaduais de Saúde e de Educação, para continuar com a priorização e seleção dos municípios piloto. Os indicadores e os parâmetros estipulados consistiram em: 1) municípios com taxa de abandono escolar maior que 8% ou municípios com taxa de aprovação escolar menor que 80%; e 2) percentual de nascidos vivos de mães adolescentes (com 10 a 14 anos) em relação ao total de nascidos vivos, sendo os municípios potenciais aqueles com o valor maior do que a média do estado. Esses segundos cruzamentos geraram os 20 municípios da chamada fase 2. Os municípios das fases 1 e 2 constituíram-se no projeto piloto de 2012 do Programa Família Paranaense, que abrangem 30 municípios.

Na segunda etapa de implementação do programa, a qual se está chamando de primeira expansão, tornou-se necessário repensar indicadores ao nível municipal. Essa primeira expansão se realizará no ano de 2013. Reviram-se os indicadores e a maneira de combiná-los. Manteve-se o entendimento de que a escolha dos municípios deveria continuar respeitando as regras técnicas da mesma forma que nas fases 1 e 2 de 2012. Entendeu-se que não se poderia assumir que a nova etapa de auxílio aos municípios partisse da sua própria autoseleção, ou seja, pela identificação da vontade do próprio município. Com isso não se rejeita a necessidade dos municípios avaliarem a aceitação da implementação do programa, mas reforça que, independente da sua vontade de aceitação, existiriam características socioeconômicas presentes nos municípios que precisam ser levadas em conta num programa Estadual.

Foi definido como importante avaliar se variáveis que representassem diversas dimensões sociais do programa poderiam ter relações umas com as outras e com que grau de intensidade. A análise de correlações entre as variáveis consiste em saber se as alterações sofridas por uma das variáveis são acompanhadas por alterações nas outras, examinando a força que mantém unidos dois conjuntos de valores. Decidiu-se, dessa forma, construir uma matriz de correlação entre alguns indicadores para avaliar se seria produtivo desenvolver outro método de combinação de indicadores ou utilizar um indicador sintético específico, como é o caso do IPDM.

É essencial ressaltar que o IPDM já é um indicador sintético baseado em informações de registros oficiais que contemplam 3 indicadores de saúde, 5 indicadores de educação e 3 indicadores de emprego, renda e produção agropecuária⁴. E a proposta de sua criação se

⁴ Ver Nota Metodológica 2012 sobre o cálculo do IPDM. Acesso em 18/09/2012. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/nota_metodologica_IPDM.pdf

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ancorava na ideia de que ele poderia servir como parâmetro para priorização de programas e investimentos nos municípios, mas que pudesse ser atualizado anualmente, diferente do IDHM que se baseia em dados censitários decenais.

Os indicadores avaliados foram: 1. IPDM; 2. Percentual de extrema pobreza; 3. Taxa de domicílios com saneamento adequado⁵; 4. Taxa de ocupação⁶; 5. Taxa de abandono escolar no ensino fundamental; 6. Taxa de abandono escolar no ensino médio; 7. Taxa de aprovação escolar no ensino fundamental; 8. Taxa de aprovação escolar no ensino médio; 9. Valor do percentil 75 do Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR); 10. Taxa de nascidos vivos de mães com 10 a 14 anos. Com esses indicadores ter-se-ia uma boa ideia sobre a condição do município para o Programa Família Paranaense.

Avaliando a matriz de correlação (Quadro3) dos indicadores percebe-se que a maioria deles tem correlação fraca. Pode-se observar uma correlação média entre o valor do Percentil 75 do IVFPR com o IPDM (negativa) e a correlação mais forte é entre o IPDM com o indicador Percentagem de extrema pobreza.

QUADRO 3 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON										
	IPDM 2009	% extrema pobreza	Total Abandono Fundamental 2010	Total Abandono Médio 2010	Total Aprovação Fundamental 2010	Total Aprovação Médio 2010	Taxa de ocupação	Domicílios com saneamento adequado	Percentil 75 do IVFPR	Taxa nascidos vivos de mães com 10 a 14 anos
IPDM 2009	1	-,652**	-,285**	-,102*	,286**	,042	-,023	,234**	-,468**	-,293**
% extrema pobreza	-,652**	1	,097	-,067	-,094	,154**	-,147**	-,292**	,397**	,244**
Total Abandono Fundamental 2010	-,285**	,097	1	,488**	-,619**	-,366**	,247**	,020	,052	,093
Total Abandono Médio 2010	-,102*	-,067	,488**	1	-,273**	-,673**	,165**	,003	,005	,059
Total Aprovação Fundamental 2010	,286**	-,094	-,619**	-,273**	1	,483**	-,231**	-,122*	-,078	-,132**
Total Aprovação Médio 2010	,042	,154**	-,366**	-,673**	,483**	1	-,152**	-,236**	,070	-,074
Taxa de ocupação	-,023	-,147**	,247**	,165**	-,231**	-,152**	1	,273**	-,045	-,002

⁵ Dado produzido pelo IBGE que leva em consideração escoamento sanitário, abastecimento de água e destino do lixo. Ver IBGE.

⁶ Dados baseados na questão sobre ocupação e desocupação de pessoas do Censo do IBGE, dados da amostra, divulgados em maio de 2012.

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Domicílios com saneamento adequado	,234**	-,292**	,020	,003	-,122*	-,236**	,273**	1	-,278**	-,149**
Percentil 75 do IVFPR	-,468**	,397**	,052	,005	-,078	,070	-,045	-,278**	1	,152**
Taxa nascidos vivos de mães com 10 a 14 anos	-,293**	,244**	,093	,059	-,132**	-,074	-,002	-,149**	,152**	1

FONTES: IBGE – Censo 2010 – dados do universo e dados da amostra; Cadúnico agosto 2012, IPARDES 2009; INEP 2010.

NOTAS: ** A correlação é significativa, num teste bicaudal, ao nível de 0,01.

* A correlação é significativa, num teste bicaudal, ao nível de 0,05.

Observando as baixas correlações entre os indicadores na matriz a seguir, sendo que algumas delas não apresentam significância estatística, entendeu-se que poderíamos usar somente alguns indicadores mais correlacionados entre si. Foram escolhidos o IPDM, o Percentual de extrema pobreza e o valor do Percentil 75(P₇₅)do IVFPR para usar como critérios a serem conjuntamente associados para priorizar os municípios. Cabe ressaltar que na construção do IPDM já está contemplado os indicadores relacionados com as taxas de abandono escolar, razão pela qual as mesmas não foram consideradas.

Por que inserir a dimensão extrema pobreza? Embora o IPDM tenha uma dimensão RENDA, esta é construída apenas com dados do emprego formal e refere-se ao rendimento médio municipal. O índice de pobreza, além de trabalhar com todo rendimento familiar, tem a vantagem de ter maior cobertura, do que o emprego formal, nos pequenos municípios (segundo o Censo Demográfico de 2010, 280 municípios do Paraná possuem menos de 15.000 habitantes).

Por que usar o IVFPR? Esse índice foi formulado como critério para priorização de atendimento às famílias em cada município e também teve média correlação entre as duas variáveis anteriores. Usar o P₇₅ significa considerar o valor do Índice de Vulnerabilidade das 25% das famílias em piores condições em cada município.

A tipologia e a hierarquização dos municípios paranaenses, visando a expansão do programa Família Paranaense para 2013 foi obtida a partir de técnicas estatísticas multivariadas. Adotou-se o método de análise fatorial por componentes principais para estudar como esses indicadores conjuntamente explicam a maior parte da variância do conjunto original. Teve-se como base as seguintes etapas:

- a) definição e seleção das variáveis;
- b) análise da intensidade da associação entre as variáveis com base na matriz de correlações;



SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- c) aplicação da técnica de análise fatorial visando o agrupamento das variáveis em fatores;
- d) cálculo dos escores fatoriais, visando obter o índice final.

A análise fatorial consiste em uma técnica utilizada para determinar quais variáveis devem ficar juntas, por estarem fortemente associadas com certo fator. Se o conjunto de fatores extraídos é pequeno e se esses explicam suficientemente bem as variáveis originais, ter-se-á ganho em simplicidade. Se for possível determinar o sentido dos fatores em termos de orientações ou características dos municípios, ter-se-á dado um passo importante no processo de sua tipificação.

A aplicação da técnica procurou avaliar o quanto seria possível unindo os 3 indicadores explicar sobre a diferença e as variações de condições entre todos os municípios paranaenses. Aplicando a técnica, pode-se constatar que foi possível reduzir os três indicadores em um único fator explicativo, com a potencialidade de explicar 67,3% das variações dos três indicadores entre todos os municípios⁷.

Com base na análise desse fator, foi possível obter um Índice Final para cada município (entre 0 e 1), sendo 0 o município em melhores condições e 1 o município em piores condições em relação aos três indicadores agrupados. A partir do escore fatorial construído com base nos três indicadores agrupados. O índice Final de expansão foi obtido da seguinte forma:

$$IF_I = \frac{ESCF_I - ESCF_{MIN}}{ESCF_{MAX} - ESCF_{MIN}} \quad (1)$$

em que:

IF_I = Índice Final de Expansão para o i-ésimo município;

$ESCF_I$ = Escore fatorial final para o i-ésimo município;

$ESCF_{MIN}$ = Escore fatorial final mínimo; e

$ESCF_{MAX}$ = Escore fatorial final máximo.

É importante ressaltar que, fatores adicionais foram levados em consideração juntamente com os procedimentos técnicos para a escolha dos municípios. Primeiramente,

⁷ O detalhamento sobre os testes de comunalidade, a redução do fator por regressão, a matriz de correlação, a tabela dos componentes de explicação do fator, bem como a ordem dos 399 municípios foram registrados pela equipe responsável da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) para esclarecimentos técnicos.



SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

escolheu-se a pobreza relativa em detrimento à absoluta, dessa forma, os maiores municípios e, concomitantemente, com mais recursos não foram os privilegiados. Ao investigar a relação entre má gestão decorrente do IPDM e a vulnerabilidade mensurada por meio do IVFPR traz subsídios para o fortalecimento da gestão local e municipal por meio da complementaridade entre a gestão proveniente do governo estadual e os municípios, principalmente, àqueles com maior vulnerabilidade média, nos mais diversos aspectos, como educação, saúde, habitação e geração de renda, com possíveis efeitos de desenvolvimento para todo o estado. Essa orientação no olhar sobre os indicadores reforça o interesse em se debruçar sobre os problemas e falhas estruturais antes de se propor a intervenção ou o reforço dos sucessos.